



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 162.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1.980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Airtón Cordeiro e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airtón Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados Lineu Turra, Fuad Nacli, Aguinaldo Pereira Lima, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegata, Del Ciel, Egon Pudell, Fiori Luiz, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Mário Celso, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga e Wilson Fortes (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emendas:

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 178/80

“Art. ... — Os cargos D.A.S. 5, de provimento em Comissão, criados por esta lei e pelos arts. 3.º e 4.º, da Lei n.º 7395, de 24 de novembro de 1.980, somente poderão ser ocupados por funcionários da Assembléia Legislativa, de nível universitário, que se submeterão ao regime de trabalho de tempo integral e que não exerçam qualquer outra atividade remunerada, efetiva ou eventual.

Parágrafo Único — O cargo de Coordenador de Imprensa Legislativa, de que trata este artigo, poderá igualmente ser ocupado por funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia, portador de curso técnico de artes gráficas, submetendo-se ao mesmo regime estabelecido para os demais cargos de Coordenador”.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980.

aa) Fabiano Braga Côrtes e Lineu Turra.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 178/80

Acrescente-se onde couber:

Art. ... — O artigo 10, da Lei n.º 7.289 de 27 de dezembro de 1.979 passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 — O acesso de uma para outra série de classes será feito pelos critérios de merecimento e antiguidade alternadamente, respeitada a habilitação profissional exigida entre os funcionários integrantes do Quadro Próprio da Assembléia, obedecidas as disposições da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1.970. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.980

a) Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva objetiva sanar falha existente na Lei n.º 7.289 que reestruturou o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. O dispositivo enfocado, na forma que se encontra no Diploma Legal, contraria frontalmente os artigos 88 e seguintes da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), que é Lei Complementar à Constituição.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos, desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do 68.º aniversário de fundação do Centro de Letras do Paraná, ocorrido em 19 de dezembro de 1.912, sob a égide dos grandes paranaenses versados na língua pátria, tais como: Euclides Bandeira, seu primeiro presidente e fundador, Silveira Neto, Emiliano Pernetá, Dario Veloso, Emílio de Menezes e outros talentos sensíveis à fecundidade filosófica, no plano nacional.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento à entidade.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro e Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Letras do Paraná, entidade que hoje congrega as vivas expressões da nossa literatura; merece de nós, paranaenses, a mais justa das homenagens. Embrião de uma Academia, nascida sob a inspiração de Euclides Bandeira, que via a necessidade de manter aceso o gosto pela atividade mental, unir as vocações, preservar os bens culturais da comunidade e enriquecer a bibliografia paranaense (T. Vargas).

Nasceu da “Campanha dos Novos”, de início humilde. Como humilde nascem todos e tudo predestinados à grandeza e ao sucesso. Humilde, como a minúscula poeira cósmica, que lentamente vai se juntado, congregando, até formar, constituir as estrelas, os sóis, os planetas, as galáxias. Humilde como a gota de água na sua estrutura molecular mais simples, mas que nas entranhas das camadas geológicas, vai se agregando, engrossando, até formar os rios, os mares, os oceanos. Humilde, como o Mestre dos Mestres, que preferiu vir ao mundo

em uma simples manjedoura, na paz dos campos de Belém, mas que em seu redor, foram se juntando os homens de bem, os humildes, como ele, os necessitados, os ricos, os fortes, os fracos, os mansos, os afoitos, até que de seu nome, que inspira confiança, conforto e amor, fizesse descer da manjedoura de Belém, a doce paz, que invade nosso coração e acalenta nossos sonhos.

O Centro de Letras do Paraná, de início, pequeno, sem pretensões, a não ser a de servir a nossa literatura e preservar nossa história, hoje adulto e capaz, graças ao trabalho dos atuais membros e ilustres literatos e historiadores, eleva e projeta, pelas suas qualidades e inteligências, o nome do querido Paraná.

Que o exemplo deles, sirva de exemplos a outros paranaenses, natos ou por adoção. Que suas realizações, soem em nossos ouvidos, como um alerta, para que sigamos seus passos, palmilhemos suas pegadas, procurando com nosso trabalho, nossa inteligência, servir melhor a terra que nos viu nascer e que haverá de ser nossa última morada. Que as obras editadas, as palavras inspiradas, sirvam para nos lembrar de que a capacidade de um povo mede-se pela sua cultura e pela sua vontade de vencer.

Regoziguemo-nos, pois, com o Centro de Letras do Paraná, pela passagem de seu 68.º aniversário de fundação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 74/80, de sua autoria tendo em vista a aprovação da Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução n.º 71/80, versando sobre idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de regozijo à Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, pelo lançamento do seu jornal.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba — A.E.C.I.C. — implantada há alguns anos, é o mais adequado e dinâmico projeto de pólo industrial em andamento no Brasil.

Ela existe para congregar os empresários do importante pólo industrial e dar-lhes representatividade nos planos local, estadual e federal.

Dentro do seu programa de expansão, acaba de lançar o seu órgão oficial de comunicação, o Jornal da AECIC, para oferecer aos empresários, aos setores público e privado e à população em geral, informações e dados sobre o desenvolvimento da entidade, com circulação nacional e internacional.

É o requerimento, apresentado na forma regimental e do qual peço que a Casa dê ciência ao Presidente da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, Doutor Ophir Ruy Witowicz, bem como aos demais diretores, Doutores Dieter Struck, Douglas Benke e Saul Piccoli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de regozijo à Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil pela eleição e posse da nova diretoria.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ADVB — é uma das mais importantes entidades do setor no País, que tem a seu favor uma enorme quantidade de serviços prestados, através da formação orientação e promoção de novos profissionais para este importante mercado de trabalho.

No Paraná, a ADVB, que nos últimos anos esteve sob o comando do dinâmico empresário Mário Turek, inicia agora um novo ciclo, com a eleição e posse de sua nova diretoria, tendo à frente o jovem empresário Itaci Cardoso, nome de prestígio nos meios comerciais, políticos, econômicos e sociais do Estado.

Pelo que apresentou em sua plataforma de trabalho, a nova diretoria muito deverá fazer no sentido de que a entidade mantenha e acelere ainda mais o seu ritmo de atividades.

É o requerimento, apresentado na forma regimental e do qual peço que se dê ciência aos Senhores Mário Turek e Itaci Cardoso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, envio de ofício à Embaixada e Consulado do Canadá, sugerindo a inclusão do Paraná no roteiro de visitas do 1.º Ministro Pierre Trudeau ao Brasil.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A partir do próximo dia 15 de janeiro, o 1.º Ministro Pierre Trudeau estará no Brasil, devendo visitar São Paulo e Manaus, segundo temos conhecimento.

Nada mais justo, entretanto, que o roteiro também inclua o nosso Estado. Isso principalmente em função do intercâmbio econômico e industrial existente entre o Paraná e o Canadá.

Recentemente, chegaram a Curitiba centenas de ovinos importados daquele País. Há alguns anos, milhares de bovinos originais do Canadá, também aqui chegaram. Paralelamente, o Paraná exporta para aquele País diversos produtos. Sem falar no número de brasileiros e paranaenses residentes naquele País e vice-versa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de expediente à Embaixada e Consulado do Canadá, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, agradecendo a doação de um barco para a Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da CAFÉ DO PARANÁ, o Consulado Geral do Canadá liberou recursos para a aquisição de um barco para a Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba. A embarcação será utilizada no transporte de gelo aos moradores

da região, sanando assim um grave problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder, da crônica "O NOSSO DIA", do renomado jornalista José Wanderley Dias, publicada no dia de hoje no jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Adalberto Daros.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 194/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro em Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

A APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, neste Estado, vem prestando, desde a sua fundação, em 1.976, inestimáveis serviços assistenciais às crianças excepcionais, indiscriminadamente, de onde quer que se encontrem.

No cumprimento dos seus fins, sempre procurando proporcionar uma vida digna à criança excepcional, mantém em Francisco Beltrão a Escola Especializada Mundo Colorido, para atendimento às crianças deficientes mentais e auditivos, tendo sob seus cuidados, atualmente, 13 (treze) crianças deficientes auditivos, e mais 27 (vinte e sete) crianças deficientes mentais.

A amplitude das metas e fins sociais da entidade, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito da medida que estamos propondo, para a qual esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas Deputados com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito no Pequeno Expediente. (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho à mesa um requerimento de solidariedade e aplauso à Igreja Católica do Paraná, principalmente a seu chefe, o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, por incompreensões que este Arcebispo está tendo por parte da classe dos empresários aqui do Paraná; e também aplausos pela sua posição corajosa e fiel ao consenso que chegaram em Puebla, o Episcopado Latinoamericano, de colocar-se ao lado dos menos favorecidos.

Aliás, a predileção pelos mais fracos, e pelos mais pobres sempre foi em toda a história, às vezes cumprida pela Igreja e às vezes, não. Às vezes ressaltada, inclusive por hereges, considerados assim hereges exatamente por essa sua posição; mas em toda a História da Igreja sempre podemos registrar em um outro momento pessoas que se destacassem

e seguissem à risca a sua predileção em favor dos oprimidos, dos mais pobres. Aliás predileção essa que, inclusive, parte de um exemplo do Mestre das Humanidades, que é Jesus Cristo.

E nossa posição prende-se ao fato ocorrido quando da inauguração de uma agência bancária nessa cidade, ocasião em que Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, cobrou dos empresários paranaenses e em geral, uma maior participação na distribuição das riquezas do País, não fazendo nada mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que pedir aquilo que o Cristianismo pede como norma ética à humanidade, que é repartir, que é partir o pão.

No entanto, a fala do Arcebispo foi evidentemente uma advertência, porém coerente, precisa e necessária no seu momento próprio. E tal advertência, segundo a imprensa parece ter irritado sobremaneira o Presidente da Associação Comercial do Paraná, que logo a seguir pronunciou-se sobre o fato, acusando a Igreja de estar enveredando por caminhos perigosos.

Se repartir a renda é sinal de perigo para o nosso País, ou para a Humanidade, então já não entendo mais o que realmente possa acontecer com a classe menos favorecida.

Mas aqui queremos louvar, mais uma vez a atitude do Arcebispo, que após a solenidade, quando o Presidente da Associação Comercial estava conversando com empresários e políticos, teve a coragem de chegar-se a ele e dizer que não retirava nenhuma palavra do que havia dito anteriormente.

Pelo que nos parece, existem forças interessadas na desmoralização da Igreja com outros setores do Estado. São comuns na imprensa nacional acusações à Igreja de infiltrações comunistas. É comum ver-se acusações à bispos, principalmente do Norte do nosso País, onde existe maior contingente de miséria e maiores problemas sociais em termos de conflito de terras.

Se alguns dias após o ocorrido, grupos de empresários divulgaram, por intermédio da Federação da Indústria do Paraná, uma nota de cumprimento ao Presidente da Associação Comercial pela sua desassombrada atitude em defesa do posicionamento social e econômico das classes produtoras, como se o operário e o trabalhador não produzissem, que vem colaborando para a construção da sociedade brasileira com o Primado e a iniciativa privada e do risco para proporcionar possibilidades de emprego a grande massa de nossa população trabalhadora, nos cabe também, vir parabenizarmos com o posicionamento certo e correto de Dom Pedro Fedalto.

Senão, recordemos o que disse naquela solenidade:

"Seus empresários querem a bênção de Deus nas instalações de suas empresas, então devem ser coerentes também com o ensinamento do Evangelho, lutando por uma maior distribuição de rendas".

Se por um lado existe irritação de uma classe, existe também de outra classe, que é a dos trabalhadores, que é a classe do Clero que tenta exprimir-se diante da necessidade de uma política que vise uma maior distribuição de rendas; uma melhor distribuição das riquezas para que não proliferem as massas empobrecidas e por conseguinte, marginalizadas.

É nisto, no empobrecimento, na miséria humana, que está se criando, dentro de estruturas sociais injustas, é que devemos ver o perigo de uma convulsão social. E não num simples pedido e apelo cristão de repartir melhor as riquezas de nosso País.

Está mais do que claro que o posicionamento de D. Pedro Fedalto, portanto da Igreja de nosso Estado, é um posicionamento de atitude diante da crise econômica que assola a grande massa trabalhadora paranaense e brasileira. Afinal de contas, diante de uma crise ainda profunda e até de uma possível recessão, o que resta à parcela responsável do setor religioso, esperar simplesmente por uma providência divina ou apelar para as autoridades responsáveis pelo setor social,

econômico e político de nosso País?

Ou simplesmente aceitar declarações vazias e fantasiosas, ou até mesmo intimidatórias, como a do Presidente da República, quando afirma que para o próximo ano haverá menos dinheiro e mais trabalho?

De onde saíram as riquezas consumidas fartamente, imoralmente, pelas mordomias, se não foi do trabalho do trabalhador brasileiro?

De onde sai o dinheiro para pagar aquele avião Caravelle, pousado aqui em Curitiba, para levar um carro, um caminhão-bombeiro até Londrina?

Um avião que gasta Cr\$ 70.000,00 à hora, de funcionamento, sem contar a tripulação, para levar um caminhão até Londrina e entregar à Força de Segurança do Presidente da República, que gastaria Cr\$ 15.000,00 a Cr\$ 20.000,00 sendo transportado por terra.

É neste momento de impasse e até mesmo de uma possível crise que alguns setores pretendem criar entre Igreja, Estado e Exército, que devemos nos levantar, nos unir diante de uma bandeira real e verdadeira, a qual é desfraldada pela Igreja, que visa, acima de tudo, a proteção espiritual, religiosa e material do homem; porque a salvação do homem é do homem todo e para todos os homens.

São arcaicas e ultrapassadas as posições teológicas em que o homem é o ser dualista de corpo e alma.

A posição bíblica e o avanço da tecnologia científica, demonstraram que o homem é um ser psicossomático e de nada adianta endereçarmo-nos somente à sua alma, mas sim ao homem todo e a todos os homens.

É preciso neste complexo setorial de nossa sociedade, distinguir bem os tecnocratas, os burocratas, os defensores da manutenção da atual política econômica a qual vem, dia a dia, massacrando o nosso povo.

E diante de uma possível trovoadas, apressam-se na divulgação de campanhas publicitárias pedindo ao povo, às massas trabalhadoras, para produzirem mais e gastarem menos, como se esta seja a fórmula para resolver os problemas de economia brasileira.

Como se fosse realmente o povo brasileiro quem está realmente consumindo.

Quem está consumindo, consumindo inclusive as parcas economias do País, ou as altas riquezas desta Nação, são as mordomias, os próprios responsáveis pela direção desta política.

E voltando à posição de D. Pedro Fedalto, cremos que ele e toda a Igreja devem continuar defendendo esta bandeira e apontando as soluções possíveis, pois, se somente é de crise, todos devemos buscar através do diálogo e da manifestação, a solução imediata.

Pois, os mais atingidos somos nós, é o povo, as massas trabalhadoras, e não os enganadores, os pelegos do suor popular, do sangue, da esperança da classe menos favorecida.

Por isto, colocamo-nos solidários à Igreja e destacamos um voto de louvor, pelo seu engajamento social, que inclusive, talvez seja por essa magnífica obra da Igreja, no sentido de emprestar voz a quem não tem voz.

Que a classe trabalhadora ainda se limite a reivindicações pacíficas; a reivindicações de diálogo, a movimentos que não descambaram para a violência.

Porque a Igreja tem sido clara em suas posições.

Ela é contra e abomina todo tipo de violência.

Mas é necessário que se diga, que ela também abomina a violência das estruturas sociais injustas, de regimes econômicos que vêm matando à míngua, que vêm matando aos poucos, que vêm matando devagarinho, lenta e inexoravelmente de fome, a classe trabalhadora.

Essa violência por ser silenciosa, por estar calada dentro de estruturas sociais, dentro de conduções políticas, não voltada

aos trabalhadores, dentro de um regime econômico, regime econômico egoísta, porque presta serviço ao capitalismo internacional e ao monopólio.

Essa violência instalada nessas estruturas sociais, por ser lenta, por ser silenciosa, por ser traiçoeira, é muito mais violenta do que aquela que muitas vezes querem os órgãos de segurança e de repressão, evitar.

E a Igreja abomina principalmente essa violência; porque é a única violência que realmente ressalta na realidade nacional brasileira.

A outra violência, dos atentados terroristas, a qual o Governo tem se preocupado, inclusive muito pouco, esta violência é aberta.

Também condenada pela Igreja, mas ela oferece menos perigo, do que aquela violência proporcionada pelas estruturas sociais injustas, e que vem matando de fome, vem destruindo as famílias da classe trabalhadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PDS. Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Popular.

Com a palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Solidário com o sofrimento da nobre e sacrificada classe do funcionalismo público, revoltamo-nos contra as injustiças de que ela é alvo. Temos denunciado, com grande frequência, o drama de miséria por ela vivido em face da constante e exagerada alta do custo de vida, ao passo que os seus proventos não acompanham os índices inflacionários em que todos nós nos debatemos.

A alta de preços, em outros tempos, era esporádica, rara.

O povo, ainda assim, protestava com veemência. Ninguém esqueceu que um dos fatores do apoio do Paraná à Revolução de 1930 fora o aumento, em 300 réis, no preço do quilo de carne verde. Esse produto sobe, no entanto, hoje em dia, a níveis inalcançados pela bolsa popular, tanto que a carne foi riscada, há muito tempo, da mesa da classe média baixa e das classes trabalhadoras. Outros gêneros de primeira necessidade, o feijão está custando Cr\$ 150 a 160,00 o quilo; estão cada vez mais caros, por culpa dos atravessadores, que especulam contra o produtor e contra o consumidor. E nada acontece, neste regime de proteção aos ricos e de abandono dos mais pobres.

Argumentamos, em várias outras oportunidades, que o salário do servidor público sofre defasagem em face da inflação

Estamos tendo índices oficiais de cento e trinta por cento de inflação, quando a realidade é de que já ultrapassamos a casa dos duzentos por cento.

A dona de casa sabe disso melhor do que o Ministro do Planejamento, Delfim Neto. Mas, o servidor público, sobretudo o do Estado, se vê despojado de recursos para enfrentar a inflação galopante.

Pedimos, já no primeiro semestre, que fosse concedido abono de emergência na base mínima de quarenta por cento.

Antes, porém, do recesso de julho, fizemos novo apelo, para que o abono fosse de oitenta por cento, a fim de poder contrabalançar a majoração incontrolável do custo de vida.

Os apelos resultaram baldados. O Governo do Estado não se sensibilizou com a nossa denúncia de que a fome e a miséria estão rondando o lar do funcionalismo público.

Zombou dessa fome e dessa miséria ao conceder, para dezembro somente um abono de Cr\$ 4.500,00 a quem percebesse acima de Cr\$ 15.000,00, e de trinta por cento a quem percebesse abaixo daquele montante.

Sabemos todos que, com a aproximação das festas do fim de ano, todas as mercadorias têm os preços aumentados. O aumento de preços se reflete no estrangulado orçamento doméstico de cada servidor.

Julgávamos que o Governo do Estado haveria de compreender a situação de dificuldades, e que haveria de, em sua mensagem a esta Casa, solicitar o aumento de, pelo menos cem por cento sobre os vencimentos percebidos pelo funcionalismo. Protestamos quando vimos que o aumento proposto não utrapassou de setenta e dois por cento, e provamos que esse aumento será roído, em poucos meses, pela inflação devoradora.

O Governo Federal vem dar exemplo de maior compreensão, ao propor, ao seu funcionalismo, o aumento de oitenta e dois por cento.

Ora, as dificuldades são as mesmas para todos.

Assim sendo, tome o Governo do Estado mais humana iniciativa, para, em nova mensagem a esta Casa, promover a equiparação do aumento de vencimentos dos servidores estaduais, à base, também, de oitenta e dois por cento, e não de setenta e dois por cento, como está."

Requeiro que, ouvida a Casa, seja enviado, nesse sentido, um caloroso apelo ao Governo do Estado, nos seguintes termos: (Lê):

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja dirigido apelo ao Governo do Estado para que, equiparando-se ao proposto pelo Governo da União, se conceda aumento de oitenta e dois por cento sobre os proventos e vantagens ao pessoal da ativa e da inatividade, a partir de 1.º de janeiro próximo.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1980.

JUSTIFICATIVA:

As razões estão expostas na oração proferida, em face do drama de fome e de miséria que a classe do funcionalismo estadual vem padecendo.

A inflação devora quaisquer salários, e os dessa sacrificada classe, com rapidez bem maior.

O Governo do Estado propõe aumento de setenta e dois por cento, nos vencimentos, a partir de 1.º de janeiro próximo.

O Governo da União propôs aumento de oitenta e dois por cento aos seus servidores.

Por que não equiparar, o Governo do Estado, esse aumento ao da União?

É um ato de justiça social, e o Tesouro do Estado dispõe de suficientes recursos para esse fim, uma vez que, ao que a imprensa divulgou, tem aplicado o excedente de tais recursos no "open market".

Ora, quem joga no "open market", pode pagar um pouco mais para quem trabalha.

O requerimento é constitucional, e terá, naturalmente, o apoio regimental."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

A Presidência suspende a presente sessão por dez minutos, para, a pedido, que se estude a viabilidade da emenda em pauta.

(É SUSPENSA A SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a

sessão.

Sobre a mesa, Emenda n.º 1, ao Projeto de Lei n.º 178/80, de autoria dos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiada.**

Emenda n.º 2, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiada.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68/80, (Mens. Govern. n.º 78/80), que aprova os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, que objetiva a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia, CIRETRANS e Cadeias Públicas, nas sedes dos citados municípios.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

- Art. 1.º - Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante discriminados: — Cascavel, em 30/07/80 e em 17/06/80; Moreira Salles, em 02/07/80; Paranaipoema, em 23/04/80; São Miguel do Iguaçu, em 05/05/80 e Toledo, em 11/06/80, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia, CIRETRANS e Cadeias Públicas, nas sedes dos municípios signatários.
- Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 75/80, (Mens. Govern. n.º 38/80), que aprova o Convênio n.º 43/80, de Cooperação Técnica Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a elaboração, pela Universidade, de pesquisa de opinião a fim de levantar as necessidades da comunidade e identificar as lideranças formais e informais em todo o Estado do Paraná, com vistas a uma administração participativa.—

Aprovado.— Publicado do D.A. n.º 77.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 90/80), que objetiva atualizar o valor da cobrança da Taxa Judiciária, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade.— (COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO).— **Aprovado, pela Emenda Substitutiva.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria de Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

Em votação a Emenda n.º 1, subscrita pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Lineu Turra.— **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 2, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros. (Lê a emenda).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Adalberto Daros, em sua justificativa, diz que a emenda substitutiva objetiva sanar falhas existentes na Lei n.º 7.289, que reestruturou o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Essa Lei n.º 7.289, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, ela reestruturou o Quadro. E nessa reestruturação, ela, em seu artigo 10, tem a seguintes disposição: "o acesso de uma para outra série de classe será feito mediante processo seletivo interno, de provas e títulos, de caráter competitivo, a ser regulamentada por decreto, respeitada a habilitação profissional exigida, entre os funcionários integrantes do Quadro Próprio da Assembléia Legislativa".

Portanto, Sr. Presidente, quero manifestar-me contrário à presente emenda do Deputado Daros e quero ressaltar que não houve nenhuma falha na referida lei especialmente em seu artigo 10, porque é uma forma de ao proceder-se o acesso dos senhores funcionários, a Casa ter um critério que será estabelecido por decreto a ser assinado pela Comissão Executiva, cujo esboço está pronto.

Nós entendemos que com esse decreto estabelecendo e regulamentando a forma de acesso, atingir aqueles senhores mais dedicados, respeitadas as suas habilitações.

Nesse sentido nós entendemos ser inoportuna, quer dizer, o objetivo maior que é o de dinamizar a administração da Assembléia, mas também objetiva principalmente que se tenha acesso a níveis superiores de uma classe para outra, funcionários dedicados ao seu exercício, ao trabalho desta Casa.

Por isso é que me manifesto e peço às bancadas que, por unanimidade, rejeitemos a presente emenda do Deputado Daros. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O estatuto do Funcionalismo Civil, prevê que o acesso do funcionário público se fará sempre e alternadamente por merecimento e antigüidade, lei aprovada por esta Casa.

Não entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se possa, nesta Casa, medir a capacidade de duas pessoas que fazem parte da mesma classe, de médico, do engenheiro ou do advogado.

Como poderemos dizer que o médico ou que o engenheiro ou quem quer que seja, esta Casa de Leis efetivamente teria que fazer um teste competitivo de diploma e jurídico.

De que forma podemos medir a capacidade do médico ou do engenheiro com relação ao advogado?

Razão pela qual a nossa emenda segue o que diz o Estatuto do funcionário, apenas.

É esta a colocação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Ouvindo a argumentação tanto do Sr. 1.º Secretário da Casa, como do autor da emenda, e como a matéria não se trata de interesse do Governo do Estado, quero declarar livre a votação da Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Rejeitada.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Daros, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 12 Srs. Deputados a aprovam;

18 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO e OUTROS, que altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissões Permanentes). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — (COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO).

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/80

Art. 1.º — Os sessenta e cinco cargos de provimento efetivo, atualmente vagos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mantidos os valores dos respectivos vencimentos, são transformados em empregos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e opção obrigatória pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do quadro constante do Anexo I, desta Resolução.

Art. 2.º — A jornada de trabalho do pessoal contratado para os empregos referidos no artigo anterior será de quarenta horas semanais, sendo de oito horas a jornada diária.

Art. 3.º — Cada Deputado terá direito a um funcionário contratado nos termos desta Resolução, para prestar serviços em seu gabinete, até o final de cada legislatura.

§ 1.º — O suplente que, em caráter provisório, se investir no exercício do mandato, não poderá substituir o funcionário contratado.

§ 2.º — Ao suplente em exercício, nesta data, caberá indicar o funcionário, que poderá ou não ser conservado pelo titular da cadeira, quando reassumir.

Art. 4.º — O ocupante do emprego poderá ter seu contrato rescindido a qualquer momento, se assim convier ao Deputado junto ao qual servir, e que encaminhará ao 1.º Secretário a respectiva solicitação.

Parágrafo único — O ocupante do emprego não vinculado a Gabinete de Deputado poderá ter igualmente seu contrato rescindido por proposta da Administração.

Art. 5.º — A admissão nos empregos depende de aprovação em teste seletivo, de acordo com regulamentação.

Art. 6.º — Entre as condições para a contratação, exigir-se-á do candidato a idade mínima de 18 anos, quitação com o serviço militar, título de eleitor, e habilitação para a função a ser desempenhada.

Art. 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, José Tavares, Gabriel Sampaio, Tadeu Lúcio Machado, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Augusto Carneiro, Airton Cordeiro, Luiz Alberto Oliveira, Darcy Deitos, Mário Celso, Deni Schwartz, Palácios, Antônio Facci, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara, David Cheriegate, Francisco Escorsin, Werner Wanderer, Edilson Alencar, Waldyr Pugliesi, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, Lineu Turra, Fiori Luiz, Renato Bueno, Egon Pudell, Wilson Fortes, João Mansur, Romero Filho e mais cinco assinaturas ilegíveis.

Em votação o Substitutivo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente. Apenas ontem, durante o encaminhamento de votação e discussão em 1a. discussão dessa matéria, estava secretariando e era impossível defender a minha proposição. E nem tinha a intenção de fazê-lo hoje, não fossem as palavras dos Deputados que se manifestaram naquela oportunidade.

Para dizer e deixar registrado na Casa que, nenhum outro motivo moveu este Deputado a apresentar esse projeto de resolução, em que visa reduzir o número de Comissões que não tem nenhuma intenção contra quem quer que seja.

Porque nem de leve prejudica o interesse de qualquer funcionário, porque não extingue cargos, não se fala em nenhum cargo.

O que estamos objetivando com a proposição, é que essas dezesesseis Comissões que temos atualmente, sejam um elo, compostas, aglutinadas em apenas oito Comissões.

E a intenção foi de que assim sendo, e se assim o for, esta Casa teria maiores condições de ver as suas Comissões se reunirem, mesmo porque o número atual de Comissões que temos, é impraticável, é impossível promover-se as reuniões de parte dela, de um terço dessas Comissões ao mesmo tempo, por falta de disposição física da Casa.

Então, Sr. Presidente, quando se falou ontem aqui, de que nós temos bons e maus funcionários, nem de leve, é o objetivo desta proposição.

Nós conhecemos perfeitamente os senhores funcionários desta Casa; estamos aqui ao longo de dez anos, como tanto os Srs. Deputados conhecem, e os conhecemos bem.

Para dizer isso, Sr. Presidente, foi que solicitei a palavra, que não temos nenhuma intenção de prejudicar interesse de quem quer que seja, porque não mexe em nada no quadro dos funcionários da Casa.

Apenas, o que faz é aglutinar, reunir essas mesmas Comissões em um número mais reduzido.

Também devo dizer o seguinte: quando se falou na necessidade de assessoramento aos Srs. Deputados, acho que é uma ótima idéia.

Nas Comissões permanentes, não tem nenhuma necessidade de para o seu funcionamento, ter um Secretário de Comissão.

Esta figura foi extinta pelo decreto que regulamentou a lei que há pouco citamos.

Pode mais de um funcionário, dois, três, que bom seria dos tantos funcionários que temos, se pudesse emprestar um pouco de colaboração às Comissões, que mais exigem a presença de outros funcionários.

Portanto, as Comissões funcionam e podem funcionar e deveriam funcionar, com um número maior de funcionários.

Não só apenas o Secretário da Comissão, porque nós temos tantos senhores funcionários até de nível superior que poderiam emprestar a sua colaboração ao Departamento Legislativo.

Apenas para isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para justificar o motivo da minha proposta, que não teve nenhuma intenção de prejudicar qualquer interesse de funcionários da Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está em votação

o Substitutivo Geral.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para encaminhar a votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Evidentemente que ninguém pode fugir da realidade de que as Comissões não funcionam.

Mas, Sr. Presidente, há outros aspectos a serem analisados, aspectos importantes, como por exemplo o aspecto da funcionalidade das Comissões que queiram funcionar.

Eu vou citar um exemplo aqui na Casa, da Comissão de Segurança Pública, que realmente funcionou.

Era uma Comissão que não funcionava e nesse período realmente funcionou.

A partir da nova sistemática esta Comissão estará enquadrada juntamente com os seguintes assuntos: Comissão de Saúde e Bem-Estar Social, Recursos Humanos e de Segurança Pública.

Sr. Presidente, Segurança Pública é um assunto específico, amplo, genérico; Recursos Humanos é um assunto de que o cidadão tem que ter um cuidado para conseguir entender.

Nós vimos e assistimos no Plano de Classificação a nossa bancada, por ser um assunto tão complexo, contratar um serviço de terceiros para dar um parecer.

Problema de Saúde e Bem-Estar Social, outro aspecto totalmente, diametralmente oposto.

Tanto vale dizer que existem três Secretarias no Estado.

Veja Vossa Excelência por exemplo, o nosso caso, da Bancada do PMDB, que tem dois representantes nesta Comissão.

A partir do instante em que nós incluímos um para Segurança, outro para Bem-Estar Social, fica à margem ou marginalizado o assunto dos Recursos Humanos.

Então a funcionalidade a partir dos sete membros, acredito que não terá condição de a Casa funcionar adequadamente.

Outros aspectos importante, muito importante, e esse diz diretamente aos Srs. Deputados. A Comissão não vale nada, não vale nada a Comissão.

Mas, nós assistimos nas campanhas políticas, vemos nos currículos de todos os Deputados, Presidente desta Comissão. Presidente daquela Comissão. A relevância e a importância efetiva de existirem Comissões. Se elas não funcionam, se não funcionam quinze não funcionarão oito, não funcionarão duas, não funcionará uma. Porque o problema não está em reduzir as Comissões. Pelo contrário, até acho que dever-se-ia ampliá-las.

Agora, não vejo razão nenhuma para se mudar, data vênua, o entendimento do nobre Secretário da Casa; não vejo razão para se mudar o número de Comissões. Não vejo, não há uma razão plausível, uma justificativa válida. Se se argumenta como se argumentou fora do projeto de que serviria a partir da próxima Mesa com oito Comissões para reduzir o número de Secretários de Comissões, que têm sido aqui cabide de emprego, isto é verdade, que tem sido aqui causa de protecionismo, Sr. Presidente, é muito fácil. É muito fácil. Não precisa diminuir as Comissões. Basta que a Comissão Executiva designe um Secretário, para três Comissões.

Não há nada no Regimento que impeça isso, de um Sr. Secretário funcionar na Comissão de Segurança, na Comissão de Educação e na Comissão de Ecologia. E aí estará se fazendo economia, não é meramente administrativa, em não mexer na estrutura da Casa.

Um outro detalhe importante, é o seguinte. É o seguinte e importante, e principalmente um alerta para a Liderança do Governo.

A partir do dado em que se casse oito Presidências de Comissões, vejam os Srs. Deputados, a dificuldade de atender as reivindicações políticas dentro da própria bancada do PDS.

Isso é não dizer da maleabilidade que isto dá. Isto é uma Casa política, Srs. Deputados; da maleabilidade que dá a Presidência de uma Comissão para satisfazer interesses dos Srs. Deputados.

Por isso, acredito e não vejo ponderações e razões válidas para diminuirmos agora, principalmente nesta fase em que a Casa está assoberbada e não tem a tranqüilidade necessária para votar esta matéria.

Por isso, desculpe-me o nobre Secretário, reconheço a sua intenção mas não posso concordar porque as razões não me convencem. O meu voto é contrário.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem não tive a oportunidade de discutir este projeto de resolução.

Evidentemente, o Substitutivo apresentado, faz com que a normalidade volte ao Regimento Interno da Casa.

Razão pela qual voto com o substitutivo, apenas contestando do dia de ontem, em que algumas palavras ditas pelo Deputado Deni Schwartz, neste plenário, que talvez tomado pela emoção, fez com que este Deputado que é funcionário desta Casa também, licenciado há doze anos, ficasse um pouco estarecido com a colocação feita por este Deputado, quando afirmou textualmente que existem, aqui nesta Casa, alguns analfabetos.

Não disse quem são. Razão pela qual venho, desta tribuna, defender os funcionários desta Casa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, disse e repito, existem Secretários de Comissões, nesta Casa, analfabetos.

E eu o faço em homenagem a uma secretária "ad-hoc", da Comissão que mais vezes se reúne nesta Casa, que é secretária e não recebe como secretário porque é "ad-hoc".

Se nomeou aqui até motorista para secretário e se esqueceram da Dona Rita, que é quem mais funciona na Casa.

Está aí o Presidente da CCJ, o atual, está aí o ex e todos, nos seis anos que estou aqui, a Comissão que mais funcionou foi a Comissão de Constituição e Justiça e tem que ter uma secretária "ad-hoc".

Porque esta Casa, temos Secretários que nem sabem onde é a Assembléia. Ou é, ou não é, o Sr. Renato Schaitza é secretário desta Casa? Ou o motorista do Sr. Ivo Thomazoni foi ou não foi nomeado para secretário?

E os funcionários, esses funcionários que trabalham, precisam saber da verdade, porque no corredor eles dizem.

Não tenho medo de funcionário da Casa, mas acho que tenho o dever de consciência de reconhecer o trabalho daqueles que trabalham e nem são remunerados para isto.— (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o nobre Depu-

tado Deni Schwartz, de ontem para hoje, está muito valente. Ele não tem medo de ninguém. Mas ele também não pode investir contra um assessor da Liderança do Governo, porque o Sr. Renato Schaitza é assessor da Liderança do Governo dos mais competentes, dos mais honestos, dos mais decentes. E que presta serviço inestimável ao Paraná.

Quase todas as matérias que me levam à tribuna, são compiladas por aquele assessor.

Não admito que o Sr. Deni Schwartz o traga ao "pelourinho" à "rua da amargura", só porque ele está revoltado de ontem para hoje.

Ontem ele disse: não tenho medo de ninguém! Sei que me telefonaram de Brasília, querem me enquadrar na Lei de Segurança Nacional!

Quer dizer, o homem está se supervalorizando. Eu admito que ele assim o faça. Agora, não admito que invista contra um funcionário decente, cumpridor de suas obrigações e, acima de tudo, capaz, culto e que presta um serviço, repito, inestimável à Liderança do Governo. Cuja frequência dou conscientemente, porque ele diariamente faz o trabalho para a Liderança, analisa todos os projetos, da pauta dos trabalhos, da Ordem do Dia, e faz a assessoria que necessita a Liderança do Governo.

Invista o nobre Deputado contra quem quer que seja, mas não contra um homem que trabalha.—

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o substitutivo.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta sessão matinal de sexta-feira, neste final de período extraordinário, passa a ter alguns lances altamente interessantes para a história deste Parlamento.

Hoje, na votação desta emenda e deste projeto de resolução proposto pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso e nas emendas que aqui estão aparecendo, quer me parecer, Sr. Presidente, que se está colocando o dedo na ferida e está se mostrando o "calcanhar de Aquiles" do Poder Legislativo.

Dizer-se que se faz necessária a redução de Comissões Técnicas Permanentes da Casa, pela inviabilidade dessas Comissões por seu número; dizer-se que esta Casa não tem o seu funcionamento adequado ao nível do que se pretende para um Poder autônomo, ao nível do que se pretende para um Parlamento realmente representativo, quer também me parecer, Sr. Presidente, que infelizmente nós chegamos à discussão deste assunto, no período menos apropriado. Que nós tínhamos um ano todo pela frente, para proceder as reformas estruturais e fundamentais. E a alegação de que devem ser extintos os Departamentos, os Cargos, as Comissões, as Diretorias, que apresentam falhas na sua estrutura funcional, na sua norma de funcionamento, é reconhecer acima de tudo a falência do Parlamento mesmo.

Nós temos exemplos, aqui nesta Casa, Sr. Presidente, de Comissões que podem parecer decorativas, no decorrer de um ano legislativo.

Entretanto, quando chamadas a funcionar, o fizeram com brilhantismo.

Aqui está ao meu lado o Deputado Gernote Kirinus, que ao assumir a Comissão de Terras, desta Casa, deu para a história dessa Comissão, momentos de raro brilhantismo.

Nós tivemos, Sr. Presidente, por quantos e quantos anos, uma Comissão chamada de Polícia, servindo apenas como simples decoro, para o rol das comissões.

Bastou entretanto, a presença do Deputado José Tavares, bastou o entusiasmo do Deputado José Domingos, para que esta Comissão se transformasse numa das comissões mais atuantes que a Assembléia conheceu.

Vossas Excelências hão de se lembrar seguramente de que no ano de 1979, a Comissão de Instrução Pública, promoveu nesta Assembléia, se não a mais longa, mas seguramente uma das mais longas sessões de sua história, ao encampar a crise da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, mantendo no Plenário da Comissão, o Magnífico Reitor daquela Universidade e o Secretário da Educação, desde as seis horas da tarde, até as quatro da manhã.

E ao se dizer, Sr. Presidente, que tal ou qual comissão não funciona, o recurso extremo, da sua extinção não quer me parecer o mais adequado, o mais acertado.

E quando disse inicialmente, neste encaminhamento de votação que o momento não era oportuno, é porque hoje, os Parlamentares aqui estão, infelizmente nessa sessão matinal, infelizmente neste final de período, extraordinário; infelizmente após o período legislativo comum, a fazer um balanço e a fazer uma análise, de um Poder, Sr. Presidente, que foi descaracterizado, que foi emasculado, por quase dezesseis anos, de regime autoritário, onde houve a preponderância absoluta e total do Poder Executivo, com a marginalização do Poder Judiciário de um lado, e a tentativa de desmoralização do Parlamento e da classe política.

Eu entendo mesmo, Sr. Presidente, que esta matéria não poderia e não deveria ser votada, Srs. Deputados, sob o impacto do emocionalismo, e deveria merecer, isso sim, da nova Mesa que vai se instalar em fevereiro, usando toda a experiência e toda a tentativa que esta Mesa Executiva fez para tentar fazer o Parlamento voltar ao seu rumo certo, para fazer com que o Parlamento estadual do Paraná recuperasse parte das suas prerrogativas.

Então, era preciso que esta nova Mesa seguisse esse mesmo roteiro, Sr. Presidente, e com empenho, e com amparo e apoio de todos aqueles Parlamentares que realmente querem a valorização da classe política, querem a efetiva autonomia do Poder Legislativo, querem a restauração das prerrogativas deste Poder.

Então, aí sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria feita a grande reforma estrutural deste Poder, para impedir que os ranços do passado permaneçam a criar obstáculos para o pleno funcionamento da Assembléia Legislativa.

Nesta discussão independente de saber-se se a emenda redutora ou restauradora, qual delas vai triunfar neste plenário, deveria, isto sim, ficar como um ponto de séria reflexão e meditação; qual realmente o papel da classe política; qual realmente o papel do Parlamentar, mas, acima de tudo, qual o instrumental de que pode se valer o Poder Legislativo para a definição dos seus rumos e dos seus destinos.

E não será, Sr. Presidente, a redução, e não será, Srs. Deputados, a extinção desta ou daquela Comissão, que irá resolver o nosso problema.

Nós temos casos aqui, repito e insisto mais uma vez, de comissões que eram decorativas, mas que o Deputado Gernote Kirinus fez com que ela cumprisse a sua obrigação; comissão que o Deputado Tavares, o Deputado José Domingos, fizeram com que ela cumprisse a sua obrigação; comissão que poderia parecer decorativa, como a de Instrução Pública, mas cumpriu, no ano de 1979, um grande papel, inclusive, Sr. Presidente, deslocando-se da sede deste Poder e indo até à Cidade de Londrina, tentar, no seio da Universidade Estadual de Londrina, a solução política que a tecnocracia implantada neste Estado, não conseguia encontrar para as razões maiores do Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos, e gostaria de ter a presença dos Srs. Líderes dos Partidos, numa reunião com esta Presidência.

Antes porém, a Mesa registra a presença em plenário, do ex-Deputado Alencar Furtado.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a sessão.

Continua em votação o Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução n.º 71/80.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 83/80), que consolida as disposições tributárias pertinentes à taxa referente ao registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/80), que institui verba de representação de quinze por cento sobre o vencimento básico do cargo, aos ocupantes de cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê):

“EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 188/80

Acrescente-se o seguinte artigo.

“Art. ... — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, por Decreto, o percentual relativo à verba de representação a que se refere o artigo 1.º, desta lei, para até vinte e cinco por cento.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoiamento: Gabriel Sampaio, Palácios, Gabriel Manoel, David Cheriegate, Fabiano Braga Côrtes, Aguinaldo Pereira Lima, Renato Bueno, Augusto Carneiro, Jurandir Messias, João Mansur, José Domingos, Lázaro Dumont, Ailton Cordeiro, Werner Wanderer e Tércio Albuquerque.

Em discussão projeto e emenda.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que cada Deputado tem a liberdade de se posicionar favorável, ou contrário, a todas as matérias que tramitam na Casa.

Entendo também que é um direito dos Magistrados pressionarem para obter vantagens.

Isso constitui o regime democrático.

E as Casas Legislativas, como ressonâncias aos interesses das diversas e múltiplas situações sociais também sofrem essas pressões.

Todos os tratadistas, todos os estudiosos do comportamento dos Legislativos, citam esses exemplos, as pressões que as Casas Legislativas recebem para feitura de determinadas leis.

No presente caso, para se atribuir vantagens aos Magis-

trados, é evidente de que uma forte pressão está se exercendo sobre a Casa.

Dáí porque, cada um tem o seu limite de resistência, para se opôr para analisar, se essa pressão tem, realmente, o poder de fazer com que os Deputados sejam levados a votar alguma coisa que o violente pessoalmente.

No presente caso, Sr. Presidente, eu me sinto violentado, extremamente violentado, ao dar, principalmente nos índices de que a Emenda de Plenário pretende aumentar de quinze para vinte e cinco por cento, a vantagem aos integrantes do Poder Judiciário.

E digo isso, Sr. Presidente, por uma razão muito simples: se o maior tem mais poder de barganha, é exatamente por isso que a Casa Legislativa, como Poder popular, funcionando aqui como um árbitro, é que deve ter acuidade para prescrutar e analisar se deve se vergar sob o poder do mais forte, ou se a Casa Legislativa deve funcionar como um anteparo, como um escudo, para proteger os mais humildes.

Quando um Desembargador desencadeia reivindicações que, no seu entendimento podem ser válidas, é necessário que o Poder Popular, aqui representado, tenha também a dignidade, de, em determinado momento, saber que os mais humildes, que os fracos, que aqueles que não têm a mesma pressão para exercerem, ou dizendo melhor, os oprimidos que não podem, e às vezes, não têm até condições de fazerem vincular as suas reivindicações, é necessário que a Casa tenha essa sensibilidade para, verdadeiramente, fazer justiça e atribuir-se, dentro das possibilidades do Estado, as vantagens que o Estado pode oferecer.

Digo isso, Sr. Presidente, porque trago à Casa um caso típico de uma categoria que foi esquecida e toda a opinião pública do Paraná, nos últimos tempos tem acompanhado.

Veja Vossa Excelência, Sr. Presidente, que agora, numa simples emenda de Plenário, e nós sabemos de que a pressão foi exercida para que essa emenda fosse proposta, numa simples emenda de Plenário se rasga a Constituição e a Mesa, data vênica, não poderia receber esta emenda porque é notoriamente inconstitucional, porque aumenta a despesa em dez por cento da mensagem do Governo, mas a pressão é exercida e a Casa agachada e esta sessão ficará histórica, se a Casa agachada se vergar a esta pressão, porque Srs. Deputados, Sr. Presidente, estão aí os procuradores do Estado, advogados deste Estado, reivindicando legitimamente os trinta e oito por cento defazados, defazados por incúria, por negligência desta Casa, quando a mensagem que tenho em mãos que reestruturou a Procuradoria do Estado, ficou nesta Casa dois anos e por culpa nossa e da Casa, no correr de dois anos, a inflação corroeu os vencimentos dos Procuradores do Estado.

Efetivamente este projeto de lei que veio à Casa em dezembro de 1.977, proposto pelo Governador Jayme Canet Júnior e trazia no seu bojo, os índices de vencimentos dos Procuradores do Estado, fixados numericamente - veja Vossa Excelência, que o projeto entrou em janeiro de 1.977 e saiu daqui em dezembro de 1.979.

Dois anos, e em dois anos a inflação corroeu o vencimento dos Procuradores do Estado.

Agora, num movimento legítimo os advogados e Procuradores do Estado, colocaram as sub-Procuradorias e Procuradorias do Estado, à disposição do Sr. Procurador, para mostrar ao Governo do Estado que estão defazados em trinta e oito por cento dos seus vencimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque não atender estes homens?

Então pergunto eu: estes não têm o mesmo poder de pressão que têm os Desembargadores e afoitamente se corre para atender a uma pretensão que como digo, os Desembargadores podem entender válida, mas que a Casa aqui tem que analisar como analisa o Executivo.

Quais são as condições do Estado para atribuir vantagens a este ou aquele?

Aqui realmente funcionamos hoje como magistrados, como juízes e temos que julgar a pretensão daqueles que chegam ao final da carreira de juízes ...

O Sr. Fidélino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Temos aqui que distribuir realmente justiça.

Vamos distribuir ao maior, porque o maior tem poder de pressão?

Vamos esquecer os oprimidos?

Quando aqui negamos emendas que procuravam dar maiores vantagens aos professores, o fazíamos sob a alegação de que elas eram inconstitucionais e hoje, Sr. Presidente, Sr. Deputado, rasgamos a Constituição, jogamos no lixo e esquecemos porque uma pressão maior vem de cima?

É a indagação e a pergunta da nobreza de sentimentos de cada um.

Espero apenas que a Liderança do Governo tenha a sensibilidade de deixar a matéria ao livre arbítrio de cada um, para que de "per si", os Srs. Deputados tenham a liberdade de votarem e não se sintam violentados a terem que correr na vala comum da opressão que se exerce sobre esta Casa, hoje.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fidélino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência, mas o meu aparte Vossa Excelência já fez no próprio pronunciamento.

Era relativamente ao caso dos professores que nós tanto buscamos conciliar: a proporcionalidade do valor de aulas regenciadas e que o projeto não contemplou o professor, deixando o valor correspondente ao valor da mensagem.

Foi corrigido por uma emenda também inconstitucional, mas justa.

E o magistério ficou tomando um prejuízo de Cr\$ 9,00 por aula dada, ministrada.

Então, Vossa Excelência veja uma coisa, se naquela oportunidade houve o critério de justiça, mesmo na ausência da autorização do Governo do Estado a Assembléia aprovou e nós aprovaremos, eu pessoalmente aprovaria e defenderia como defendi e ajudei a aprovar, a emenda melhorando, ajustando o compromisso firmado do Governo de dois salários mínimos como piso básico e fundamental dos professores. E que o Governo através de uma manobra não deixou de dizer, através de uma manobra que iria passar as pernas nos professores, e dando-lhes o prejuízo de quase Cr\$ 2.000,00 mensais.

Agora, também inconstitucional, se quer aprovar uma emenda para contemplar os que já ganham mais de Cr\$... ... 150.000,00 por mês.

Mais, não sei quanto mais, mais de cento e setenta até, me parece.

Então, veja Vossa Excelência, não é possível e aliás, os professores com toda a passeata, com todas as greves, com todo o seu afastamento das salas de aula, conseguiram quanto, Deputado? Mil e poucos cruzeiros a mais, a mais não, conseguiram melhorar um pouquinho mais o seu nível de vencimento. Não foi muito.

Agora, os Desembargadores, a magistratura, porque não é só os Desembargadores, os juízes também serão contemplados com essa mensagem. Já estão recebendo quinze por cento que pelo jeito vai ser aprovado os quinze por cento. Isto é um absurdo, Deputado Nilso Sguarezi. E nós não podemos concordar com este tipo de ajustamento, as pretensões dessas pressões que são exercidas contra o Executivo e contra o Legislativo.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Devo dizer então, Sr. Presidente, de que é válido que toda categoria social, reivindique alguma coisa em seu benefício.

Mas, Sr. Presidente, veja Vossa Excelência de que ao Poder Legislativo, está colocada hoje a incumbência de distribuir ou atender essas reivindicações.

Nós sabemos de que há um orçamento público a ser destinado, se nós atendemos aqueles que por pressões, pressões válidas. Mas, se atendemos aqueles que pressionam e esquecemos totalmente aqueles que não têm capacidade de reivindicar, como é o caso das humildes professoras, como é o caso das zeladoras, das serventes, como é o caso dos simples datilógrafos do Estado, dos policiais.

Dáí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que cada Sr. Deputado deve ter essa sensibilidade, porque note-se bem, no encaminhamento dessas pretensões, contou-se um representante do Governo que tinha vontade de ter verdadeiramente enxotado um Sr. Desembargador, quando numa reunião com integrantes do Governo, um dos Srs. Desembargadores teria afirmado, que o problema deles não era tanto econômico, mas era problema de "status".

E nós sabemos perfeitamente de que realmente, é o problema do "status".

Ter carro para conduzir a família, e eu sei bem o que pagarei por dizer isto.

Mas quero sair daqui com a alma lavada, porque no compromisso que se assumiu, o homem não pode ser violentado.

E eu não posso ser violentado quando vejo que alguém que tem carro para levar até os seus filhos ao colégio; e eu não posso sair daqui violentado quando vejo que tem outros que fazem pressão e que se escondem atrás do muro, que são os do Tribunal de Contas, que levarão as mesmas vantagens. E esta Casa tem criticado violentamente as mordomias do Tribunal de Contas.

E hoje, as vantagens que aqui se votam serão estendidas também ao Tribunal de Contas. Eu não posso sair daqui violentado, sejam quais forem as conseqüências.

Mas quero ter, ao menos comigo, a consciência de ter cumprido com o meu dever. Isto não é bravata porque sou advogado militante, e eu sei muito bem que terá Juiz, que terá Desembargador que na pequenez, na tacanhez da sua interpretação prejudicará até clientes meus.

Mas cumpro aqui com o meu dever de denunciar que isto é uma imoralidade, porque como digo, estão aí advogados do próprio Estado, Procuradores do próprio Estado defasados no seu vencimento, que não são atendidos.

E nós vamos atender aqueles que já têm tudo, aliás, que já têm demais, que o Estado patrocina até carro para levar a senhora do Desembargador a fazer compras; para levar na boutique, para levar no cabeleireiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem funcionários neste Estado que não têm o mínimo até para dar um presentinho de Natal para o seu filho.

Portanto, temos que assumir aqui, hoje, o papel de verdadeiros juízes, de distribuir a Justiça.

Dar àqueles que pressionam porque têm força, e esquecer os oprimidos? Data vênha, na opinião pública seremos taxados de medrosos.

De minha parte, Sr. Presidente, e vim à tribuna para dizer isso, para lavar a minha alma, eu não voto favorável à mensagem sejam quais forem as conseqüências. Porque quero ao menos, a dignidade de dizer de que tem pequenos gritando de fome; e tem gente que chega numa reunião com representantes do Governo, com Secretários de Estado, e batem na mesa e dizem: o nosso problema até não é de ordem econômica, o nosso pro-

blema é de "status". Causa que revoltou um dos integrantes desta Casa que estava naquela reunião e me disse: "deu-me vontade de bater de cinta naquele camarada".

Por isso, Sr. Presidente, depois do relato desta história, em que alguém vai dizer de que é um problema de "status", numa Nação como a nossa, que todos reconhecem viver uma crise econômica, que todos reconhecem padeceremos de situação financeira, endividados, será que nós, que deveremos distribuir o dinheiro público vamos cair nesta pressão, que digo, pode ser válida, mas é imoral.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, vinha de um funeral, cinco horas da manhã. Começava a despontar os primeiros raios de luz do dia que estava prestes a surgir. Em várias ruas da cidade, Srs. Deputados, crianças de três, cinco, de oito anos, catando lixo, comendo laranjas podres que nós, da classe média e da burguesia dominante tinham colocado no lixo. Homens de rugas marcadas pelo sofrimento, pelo cansaço, pela miséria, pela fome que grassam os seus lares empurrando carrinhos, catando papel para agregar aos seus ganhos um pouco mais para satisfazer as suas necessidades, as mínimas necessidades de sobrevivência.

Depois de vir do funeral triste já, moralmente abatido, sentindo a pequenez da vida, percebendo os problemas de natureza pessoal, enxergando esse quadro que não houve quem pudesse pintar ainda, comecei a analisar, qual a fórmula adequada para modificar o aspecto negro que grassa a sociedade brasileira? E quem sabe a BIAFRA, quem sabe muitos outros países?

E nós discutindo aqui, nesta Assembléia, projetos como dizia ontem, às pressas, onde o Governo dispende vultosas somas para elevar o vencimento na proporcionalidade vantajada dos que já têm muitas vantagens. Daí um sentimento de culpa, de revolta.

O que fazer? Confesso, tive vontade de abandonar a cancha de lutas, ir para o interior, num lugar deserto quem sabe, adentrar numa mata, fazer uma cabana e viver como viveu Confúncio; porque me pareceu, naquele momento, ser a única forma consoladora de admitir, de aceitar, de absorver aquele quadro negro, gritante, absolutamente desumano.

No Estado, no Brasil, analisando-se todos os aspectos dos últimos vinte anos, pelo menos, comecei a me lembrar da busca que fazia um homem que foi execrado pelo regime e que se chama Francisco Julião.

Descrevia ele, num daqueles cadernos de cultura do povo brasileiro, a História da Alemanha, a História da Tchecoslováquia, como surgiram as ligas camponesas. As ligas camponesas, Sr. Presidente, surgiram através do massacre que os senhores feudais faziam dos camponeses, da exploração que faziam sob pressão dos camponeses. E através das festas religiosas, em que se agregavam os padres, os bispos, os senhores, os príncipes, os cardeais das Igrejas, para cobrar o dízimo ou para cobrar os impostos e as taxas, os camponeses iam lá e tinham oportunidade de, mediante aquele volume que se reunia principalmente para servir os poderosos, ali às escondidas faziam as confabulações para começar um movimento integra-

tório de revolta.

Sr. Presidente, foi por sacrifício que muitos dos homens se revoltaram contra o regime feudal.

Um dos padres eminentes, John Huss, da Tchecoslováquia, foi morto, foi incendiado junto com os revoltosos. E ficou o exemplo da História, Sr. Presidente.

Neste meio tempo que voltava deste guardamento, comecei a lembrar de todos esses fatos que a História relata e de tantos outros. O que fiz? Deixei esta Capital, fui ao interior para poder compensar aquele sentimento de revolta e em várias reuniões, em bairros e vilas de Cascavel, Sr. Presidente, o quadro não é diferente do quadro da Capital.

O quadro de Cascavel, Sr. Presidente, onde tem quase dez mil desempregados e o Estado nada pode, nada faz, para solucionar este grave problema.

E este é um quadro, Sr. Presidente, que precisa, nesta hora, ser analisado; que precisa ser, sobre ele debruçado, os homens que decidem os destinos das populações.

E neste momento, como já dissemos e afirmamos, ontem, Sr. Presidente, e precisamos deixar registrado nos Anais desta Casa, este quadro que está a grassar no País, não é diferente do quadro que viveu a Europa, do quadro que viveu os Estados Unidos, antes da sua independência.

E o Brasil, Sr. Presidente, depois de expulsar um Padre Vito Miracapillo, porque falava que não tinha independência neste País, foi expulso da Igreja brasileira. Foi deportado do País.

Sr. Presidente, é preciso que tenhamos consciência deste momento social e histórico da nossa Pátria, onde todos nós juntos estamos sendo expoliados e cada um com sua força, cada um com seu poder na mão, está pisando nas costas dos menores.

Até que, o lado final, o último, está pagando o peso da opressão de todos.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, gostaria de interceder num aparte, embora talvez um pouco longo, porque aí me dispense de encaminhar a votação.

Até porque, analisando rapidamente aqui, víamos que o Desembargador que tem o fixo de Cr\$ 120.000,00, que passará a perceber quinze por cento, portanto irá à Cr\$... 138.000,00; que tem os seus vinte por cento de tempo de serviço, computando-se Cr\$ 165.000,00, que ainda tem vinte e cinco por cento a título de gratificação de função, diárias etc., que portanto, ultrapassa aos Cr\$ 200.000,00, passariam a perceber agora mais dez por cento que sem muito conhecimento dos detalhes que especificam o ganho, nós temos certeza, será o salário, acima de Cr\$ 230.000,00 por mês.

Ilustre Deputado, quando o Banco Mundial há poucos meses publicou o relatório, pesquisando em setenta países onde conseguiu dados sobre a concentração de rendas, dos setenta países, em que o Banco Mundial recolheu dados, sessenta e três países tinham a concentração de rendas, menor do que a existente no Brasil.

E a concentração de rendas do nosso País, chegou a tal nível, só equiparada a do Gabão, da África do Sul e da Nigéria.

E todos nós sabemos o que são estes países, no concerto das nações, em termos de desenvolvimento, em termos de vida e qualidade de vida do seu povo.

Ora, quando o Banco Mundial traz esse dado do potencial de concentração de rendas, que está o País, eu alio este argumento do Banco Mundial, para somar com o que tivemos há poucos dias, quando novamente, o punido General Serpa, volta a fazer uma conferência aos engenheiros de São Paulo, denunciando uma série de dependências na questão econômica,

e terminando a sua palestra dizendo da triste e drástica realidade da concentração de rendas.

Se o General Antônio Serpa mudou, nós devemos até elogiá-lo - porque também conhecemos o passado dele - e abro um parêntese para colocar isto, que foi um dos articuladores do AI-5, foi um dos partícipes dessa internacionalização da economia e do modelo econômico que gerou a concentração de rendas, praticamente na mão de um por cento da população brasileira.

Fecho o parêntese e continuo: somando-se os argumentos do Banco Mundial, com esses até de um General que vem se redimir perante a própria história, e agora, antes tarde do que nunca, assume a defesa da distribuição de rendas do País, e que se quebre a dependência econômica que temos, eu fecho este aparte, Deputado Fideleino Tolentino, para dizer que quando vemos aí a possibilidade de se ampliar ainda mais, aqueles que já estão no piso da pirâmide, que estão no ápice da pirâmide social do País, e quando no interior eu procuro explicar a distribuição de rendas, dou uma figura simbólica, que a distribuição de rendas devia formar uma cebola, não uma pirâmide, para que nós tivéssemos o achatamento dos extremos tanto de baixo como de cima, porque o ideal para qualquer Nação, seria constituir-se numa grande classe média, nós não teríamos os extremos dos grandes ricos e da maioria pobre.

Eu, neste instante, neste aparte, concluo dizendo: se fosse outra a situação do País, se outra fosse a situação do Estado do Paraná, não estaríamos argumentando aqui, porque nada temos contra este, ou aquele, ou todo o conjunto dos desembargadores.

Mas, tal é a realidade brasileira de concentração de rendas, de diferenciação entre o menor e o maior salário, quando a maioria dos países da Europa conseguiu achatar essa situação, fazendo com que a diferença do maior e o menor seja de 1/30, e no Brasil vai de 1 para 200, entre o que ganha menos e o que ganha mais.

E, aí, meu ilustre companheiro de bancada, nós entendemos a força da expressão de que "Paz é filha ilegítima da Justiça".

E nós estaremos fazendo uma das maiores injustiças, portanto, prostituindo a filha, que se chama Paz; se nós tivermos em nossas mãos a possibilidade de evitar a concentração ainda maior, e fazer com que se possa logo, ao invés desses dez, quinze por cento, que são vinte e cinco por cento para quem já tem um rendimento bom, para o nível do País, pudéssemos jogar o valor gasto nesses vinte e cinco naqueles setores prioritários, precários, e que estão no nível de sobrevivência, e vivendo na bitola exclusiva da sobrevivência biológica.

Por isso, nobre Deputado, se fosse outra a situação do País, se fosse outra a situação do Estado do Paraná, nós haveríamos de, unidos, dar aqui os vencimentos que fossem reivindicados às categorias respectivas.

Mas, diante do quadro que aí está, o bom-senso há de vingar, e sejamos justos com os paranaenses, para que não se faça da Assembléia e dos Srs. Deputados, instrumento para a intranquilidade, a ausência de paz, porque estaremos fazendo injustiça; não sejamos, portanto, nós, instrumento desta injustiça.

Não que possam deixar ou não de merecer aqueles que aqui estão reivindicando, conforme a emenda e o próprio projeto, de vinte e cinco por cento de aumento em quem já tem um salário em torno de quase Cr\$ 200.000,00.

Mas, se nada temos em especial contra este ou aquele, nós temos, no geral, muito a ver com a distribuição de rendas, com a justiça de nossos atos, e não podemos elitizar ainda mais as elites, não podemos aumentar, ainda mais, o ápice da pirâmide quando uma esmagadora maioria está vivendo, como disse,

nas bitolas da sobrevivência biológica, com salários de fome, enquanto nós somos instrumentos, embora, dizemos, representantes do povo, possamos ser instrumento daqueles que querem ainda mais a concentração.

Vamos fazer justiça, Srs. Deputados, e aí a justeza também dos seus argumentos, para que possamos dar um basta, para que possamos nos redimir, também, pouco a pouco, da ausência, às vezes, de uma maior clarividência, de que, na verdade, a paz é a filha adotiva da justiça.

E os desembargadores, sejam quais forem aqueles de grandes salários, precisam começar a entender que este País é um País pobre, que este País não é o País dos jatinhos, dos executivos, dos aviões, das secretarias. Que esse é um País de dificuldades. Vamos dar o nosso tijolinho na construção da justiça social nesse País.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e prossigo já quase terminando, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que a Oposição muitas vezes tem sido ...

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei em seguida, Deputado.

... tem sido criticada. Por que? Do ponto de vista, pelo menos filosófico, é institucional, faz parte do Poder, faz parte do Poder Legislativo que é um dos poderes constituídos, indiscutivelmente.

Entretanto, a Oposição está a clamar ontem, hoje, nos dias que se seguirem uma ponderação que é a mais legítima de todas as que se tem feito aqui, ajudando o Governo do Estado que reiteradamente tem dito da situação financeira do Tesouro.

E qual não é o nosso pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o de buscar um freio estabilizador do processo econômico e social do Estado, quando a Oposição se coloca diante de um fato quase concreto, que é a elevação dos polpudos vencimentos de categorias privilegiadas de Poderes constituídos deste Estado: Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas.

Então é de se perguntar: a contribuição da Oposição não é a mais legítima, a mais honrosa, a mais decente e a mais honesta possível, quando buscamos conciliar o conflito de classes sociais do Estado, buscando uma estabilização, pelo menos o estanqueamento do processo elevativo de vencimentos?

É de se perguntar realmente se o Parlamento deseja restabelecimento da sua dignidade. E como restabelecer a dignidade de uma instituição, qualquer que seja ela?

A instituição reflete, a sua estatura reflete a estatura dos seus componentes.

E é exatamente neste ponto, Sr. Presidente, que fazemos um apelo a todos os componentes deste Poder. Tenhamos em mente o princípio básico e fundamental da humanidade, a Justiça.

E, fundamentado neste princípio, é que tomamos esta posição já desde ontem.

Começou uma posição isolada: incorporou-se outros pensamentos, e agora percebe-se que restabelece-se uma fórmula conciliatória.

Concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso — Deputado Fidelcino Tolentino, eu quero aproveitar esta oportunidade para congratular-me com as palavras de Vossa Excelência, e também referir-me ao pronunciamento do Deputado Deni Schwartz, ontem, e outros ilustres

Deputados de sua bancada, que ao tratar desta matéria da maior importância, deste período extraordinário que estamos vivendo, para dizer que a Oposição realmente está prestando relevantes serviços ao Estado do Paraná.

Esta Casa deve ser marcada, por exemplo, os homens mais responsáveis pelos destinos do Estado devem assim proceder.

Quando esta Casa votou Mensagem do Executivo que autoriza setenta por cento a partir de janeiro, a todo o funcionalismo público, não justifica também no meu entendimento, que aqueles que percebem os maiores vencimentos do Tesouro do Estado tenham vencimento maior.

Porque nessas duas mensagens, não se trata verba de representação, é apenas uma obra literal.

Quer dizer, ela é vencimento, quando diz que é para todos os efeitos legais. Está se dando setenta por cento ao funcionalismo de menor remuneração e se criando paralelamente mais quinze por cento além dos setenta, com exceção da emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Além dos setenta e dois por cento. Dá mais de noventa por cento, Deputado.

O Sr. Basílio Zanusso — Portanto, quero dizer a Vossa Excelência. O Deputado Deni Schwartz ontem fez um discurso, não corajoso, mas foi a sua consciência. E Vossa Excelência, também agora, a sua bancada e a mim também e muitos Deputados da nossa bancada assim pensam.

Eu sou Serventuário da Justiça, sei que a Justiça para ser bem administrada, os seus integrantes, os seus órgãos devem perceber remuneração condizente, condigna para que o Poder Judiciário seja realmente imparcial e independente.

Agora é preciso e eu repito, que nós os mais responsáveis pelos destinos e pela condução da coisa pública dos Três Poderes, temos que dar exemplos como esta Casa deu, reduzindo o número dos seus automóveis sem solicitação de ninguém.

E os Deputados, as Lideranças das bancadas têm colaborado com a administração do Poder Legislativo nesses anos, reduzindo sempre que possível e em tudo as despesas, principalmente as verbas dos Gabinetes dos Srs. Deputados nesses dois anos, sem solicitação de ninguém.

Foram medidas quase que ao mesmo nível de dois anos anteriores; enquanto a inflação é de oitenta, cem por cento, os Gabinetes foram apenas aumentados em sete e doze por cento até mesmo a Presidência, dando exemplo, com o esforço desta Casa.

Por isso, é que digo, Sr. Deputado, a emenda votarei totalmente contrário, como já sou contra também aos quinze por cento iniciais.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Zanusso — Mas sou homem de partido. Estou ouvindo a palavra aqui do nosso Líder da bancada. Mas se votar até pela mensagem originária quero dizer que apenas sou levado a votar porque sou homem de partido, por achar também que a cadeira aqui não é minha, é da minha bancada, é da liderança do meu partido.

Portanto, Sr. Deputado, independente desta consideração, me congratulo com Vossa Excelência, parabeno-me com o Deputado Deni Schwartz, ontem, por suas palavras.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência e quero apenas lembrar que no País é indiscutível o processo inflacionário, a corrupção e eu me arriscaria a dizer que hoje no País tem dois tipos de corrupção, além daquela corrupção prescrita em lei, ativa e passiva, tem duas fórmulas: uma corrupção que é legal, e uma corrupção que é ilegal.

E isso tudo é lesivo ao interesse social. E é buscando realmente uma justiça social que o nosso partido se posiciona com essas frases, porque faz parte do nosso programa, faz parte do nosso Estatuto, e faz parte de nossas metas a serem conquistadas - Justiça Social.

Agora o que me assusta Deputado, e quero dizer a Vossa Excelência Deputado Basílio Zanusso, o que me assusta é colocar a posição tomada por um partido político, seja ele qual for contra os interesses coletivos. E Vossa Excelência acaba de dizer, que por uma questão de partido, embora acha injusta a consignação desta verba de quinze por cento de representação, votará com o seu partido.

Eu tenho que tomar a liberdade de dizer a Vossa Excelência que isso me assusta. Assusta porque acima dos interesses partidários está o interesse coletivo, o interesse nacional. E o povo que produz neste País, nobre Deputado, e que dá "status" a quantos o desejam e querem aumentar esse "status" como bem disse o nobre Deputado Nilso Sguarezi, quem os paga?

O povo do interior, o agricultor e até o "bóia-fria", por esta razão, votarei novamente, contra o projeto global, não só este, mas também o do Tribunal de Contas, a todos os que consignarem melhoramento de vencimentos àqueles que já ganham polpudas verbas, e que precisam controlar o seu orçamento.

Porque se o nosso Estado, se o Estado do Paraná, ainda está em regime de votação, o aval que vai ser dado para a aplicação em saneamento de municípios. E recentemente, este Parlamento votou para a concessão de empréstimo ao Estado do Paraná, a nível de dólar, como é que o Estado, neste estado de enfraquecimento, com a sua economia afunilada, como nós poderemos votar, como Deputado, favoravelmente a projetos como este, um concedendo cento e vinte milhões de suplementação de verba, outro quinze milhões, outro não sei quantos milhões, se o Estado do Paraná está em regime de insolvência, não é possível como bem disse, o nobre Deputado Nelson Friedrich, não é possível, se nós estivéssemos numa situação economicamente comparável aos árabes, talvez pudéssemos fazer orgias financeiras do Tesouro, mas, por enquanto, nosso País está vivendo da miséria que grassa a maior parte dos lares brasileiros, e dos quarenta milhões em números redondos dos trabalhadores brasileiros, mais de vinte milhões vivem, Sr. Deputado, quase ganhando um salário-mínimo.

Por esta razão, não tenho condições psicológicas de votar favoravelmente a esses dois projetos e a quantos vierem a esse Parlamento.

Esta era a minha ponderação, e quero fazer um apelo a todos os Deputados, independentemente de coloração ou de filiação partidária, vamos ser justos na hora que a paz clama por justiça. Sem ela, não haveremos de ter tranquilidade.

Votemos contra os nossos partidos, mas a favor da justiça social.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão o Projeto de Lei 188/80. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente, todos os pronunciamentos que os nobres Srs. Deputados da Oposição fizeram nesta Casa, com relação não só a esta mensagem do Governo, mas como à outra, seguinte da Ordem do Dia, que estende idênticas vantagens à Procuradoria Geral do Estado, e aos membros do Tribunal de Contas.

Confesso, Sr. Presidente, que a argumentação usada, embora discorde de algumas colocações, principalmente aquelas feitas pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, com relação à Pro-

curadoria do Estado, em que ele podia na sua argumentação ter uma certa dose de razão.

Mas, jamais atribui responsabilidade ao Sr. Governador Ney Braga, porque na própria Ordem do Dia de hoje, nós verificamos também uma mensagem do Governador, consertando uma situação que era realmente, delicada na própria Procuradoria do Estado.

Mas, a argumentação expendida pelos oradores, que nos antecederam na tribuna no dia de hoje, bem como aquela do nobre Deputado Deni Schwartz, realmente, impressionaram a Casa.

Mas, como Líder do Governo e da Bancada do PDS nesta Casa, também quero levar à consideração dos meus nobres Pares, o outro lado da medalha. Fixar a posição, a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, na condução das Finanças Públicas, e dizer como é difícil ser guardião do dinheiro público.

Tantas são as reivindicações que chegam ao Palácio Iguaçu, de todos os segmentos do pessoal que exerce função pública neste Estado, praticamente, dos Três Poderes, porque todas as reivindicações, todas as aspirações, todos os desejos desaguam exatamente na mesa do Chefe do Poder Executivo, que tem uma receita estimada.

Nós sabemos que o comportamento da arrecadação, da receita tributária é sujeita a uma série de fatores que podem efetivamente ou momentaneamente aumentá-la até, mas que não se constitui numa regra.

Um exemplo: a safra agrícola deste ano, proporcionou ao Estado, uma arrecadação fabulosa.

Entretanto, são fenômenos ocasionais que não podem ser levados em consideração na fixação da despesa, porque a receita sempre é estimada e sempre é sujeita realmente até às intempéries climáticas, enquanto que a despesa uma vez fixada, ela só tende a aumentar.

Então aí também a Casa tem que olhar as preocupações do chefe do Poder Executivo que teve que atender este ano a praticamente todo o funcionalismo dos Três Poderes.

Teve que atender as reivindicações justas de gente que vê o seu vencimento defasado diariamente pela inflação que lhe corroi os salários e lhe corroi até a esperança de continuar trabalhando e de continuar vivendo.

Realmente a situação é difícil, mas todas essas reivindicações todas essas aspirações realmente desaguam na mesa do Chefe do Poder Executivo.

Aqui o nobre Deputado Fidelcino Tolentino respondendo ao aparte do 1.º Secretário desta Casa, disse que os interesses partidários não podem pairar ou sobrepair aos interesses do povo.

Nós concordamos, embora saibamos que estas mensagens que nós apreciamos não são interesses partidários.

Elas são de responsabilidade partidária. Aos homens que apoiam o Governo, que devem dar apoio às mensagens mandadas a esta Casa pelo Chefe do Poder Executivo, porque ele é acima de tudo um homem de bem, um homem que ao longo de sua vida pública, deu demonstrações do seu espírito público, do zelo que ele tem, do carinho que tem com o trato do dinheiro público, e se aqui aporta uma mensagem do Poder Executivo que importa em despesa, deve a Bancada do Governo ter sempre em mente que antes da mensagem ser assinada e enviada ao Poder Legislativo, ela foi estudada convenientemente por uma equipe de técnicos, pela equipe governamental, e se o Governo aqui manda uma mensagem como esta que nós apreciamos, aumentando em quinze por cento a representação dos membros do Tribunal de Justiça, a mim não me compete, como Líder do Governo, analisar se é justa ou não é justa a mensagem, mas me compete analisar sob o prisma do Governo, porque o Governo tem que atender a todos os segmentos do funcionalismo público do Estado. E o Chefe do

Poder Judiciário, que deve ser suficientemente maduro para saber o que pede o que reivindica.

Não se pode admitir que um desembargador que tem o dever sagrado de distribuir a justiça, se aproveite da sua condição de desembargador e de chefe de um Poder neste Estado, para exigir do Governo, aquilo que não é justo.

Sob este prisma é que recomendo à nossa Bancada que vote favoravelmente à mensagem governamental e atendendo reivindicações que me chegaram às mãos, através de membros do Tribunal de Justiça, porque eles pleiteavam muito mais do Governo do Estado, na realidade eles pleiteavam sessenta por cento de aumento na sua verba de representação e através de negociações árduas, sofridas, difíceis, o Governo chegou a esse percentual de quinze por cento.

Era o máximo que o Tesouro do Estado podia dar como foi o máximo que ele deu à Polícia Militar, à Polícia Civil, aos professores e ao funcionalismo.

Porque na pedra ninguém tira o dinheiro.

O Governo não tem guitarra, o Governo não tem nem o poder de tributação. Escravos que somos do Poder Central que tributa ao seu bel prazer e distribui o produto dessa tributação, também como melhor entende.

Então, o Governador através de negociações muito difíceis, chegou a esse percentual de quinze por cento.

E atendendo solicitação que recebi, apresentei duas emendas à Casa, autorizando o Chefe do Poder Executivo, a elevar por decreto sem fixar prazo nem data, em vinte e cinco por cento esse percentual de representação. E por que nós não fixamos prazo?

Era para que o Governo tivesse uma massa de manobra nas mãos. Para que pudesse efetivamente, se no ano que vem as medidas do Governo Federal, não surtirem efeitos no sentido da redução do índice inflacionário, o Governo tivesse em mãos um documento legal, hábil, para negociações, para gradativamente elevar até vinte e cinco por cento.

A minha emenda não quer dizer que o Governo do Estado se obrigue em determinado prazo, a elevar até vinte e cinco por cento.

Mas esta é uma emenda do Líder do Governo e do Líder da Bancada. A argumentação hoje expendida nesta Casa, realmente me convenceu. Não a retirada da emenda, porque se eu a assinei, também a estudei, amadureci o problema e vi que realmente o Governo do Estado precisa desse instrumento legal como massa de manobra de negociações.

Entretanto, estou sentindo que a Bancada do PDS nesta Casa, está até revoltada com certo tipo de pressões exercida pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo.

Ocorre que nós não podemos comprovar mas que sentimos nas entrelinhas da própria Mensagem Governamental. É aquilo que eu disse, Srs. Deputados, é difícil ser guardião do dinheiro do povo, difícil mesmo.

Exige do Chefe do Poder Executivo, uma boa dose de paciência. Exige mesmo, um poder mágico de negociação, porque nós sabemos que nem sempre o Chefe do Poder Executivo faz aquilo que deseja, mas aquilo que a sociedade dele exige, aquilo que alguns segmentos dessa mesma sociedade, exigem embora erroneamente.

E eu, sentindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a revolta da nossa bancada, declaro questão aberta à apreciação das minhas duas emendas.

Tanto neste projeto como naquele que estende idêntico benefício ao Tribunal de Contas e ao Procurador Geral do Estado.

Entendendo que assim, vou ao encontro dos meus companheiros, ao encontro da própria bancada da Oposição. Entretanto, não podemos tomar idêntica atitude com relação às duas mensagens governamentais, porque o Chefe do Poder Executivo é um homem de respeito, um homem que tem recebido

da própria bancada da Oposição, as maiores provas de solidariedade, carinho e de respeito.

E se ele enviou estas mensagens à Casa, é porque elas foram amadurecidas, porque elas foram negociadas até a exaustão. E queiram ou não queiram os representantes do povo.

Se nós temos o dever de defender o motorista, o funcionário pequeno, nós também temos que reconhecer o direito do Desembargador, do Conselheiro do Tribunal de Contas, do Procurador e tentar pelo menos evitar a defasagem nos seus rendimentos.

Porque quando as obrigações são maiores, quando os postos são mais elevados, as despesas da sua manutenção, aumentam na mesma proporção.

Embora antipática, a medida, embora a Mensagem Governamental efetivamente possa causar espécie a alguns Srs. Deputados, a ela nos declaramos solidários e a Bancada do PDS o fará também, em homenagem a este grande Líder do Paraná que tanto tem feito pelo povo de nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o projeto ressalvada a emenda.

Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros, solicitando preferência de votação à Emenda aposta ao Projeto de Lei n.º 188/80.

A Mesa, nos artigos 129, parágrafo 1.º, deixa de receber o presente requerimento.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa colocará novamente em votação.

18 Srs. Deputados o aprovam;

17 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, acho que houve erro de contagem. Peço a Vossa Excelência, com todo o respeito, democraticamente, que seja refeita a contagem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que já anunciou o resultado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a emenda.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que de acordo com a anotação fornecida pelo Sr. 1.º Secretário, 18 Srs. Deputados o aprovam; 17 Srs. Deputados o rejeitam. Foi aprovado.

Em votação ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Não há este "quorum", acho que foi erro de contagem. São dois Secretários ... Peço a Vossa Excelência ponderadamente, democraticamente, ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência suspende a sessão por alguns minutos.
(É SUSPensa A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Faz soar os tímpanos). — Declaro reaberta a sessão.

Esta Presidência, dado as dúvidas surgidas, na contagem de votos dos Srs. Deputados, fará a verificação de votação.

Para tanto, solicita dos Srs. Deputados que assumam as suas bancadas a fim de facilitar a verificação de votação.

(movimento nas bancadas)

Esta Presidência não aceita a manifestação deste Plenário, de que a Mesa está sendo desonesta. E esta Presidência colocará em verificação de votação. E não admito isso, de chamarem a Mesa de desonesta. Porque tenho responsabilidade com o povo do Paraná e tenho responsabilidade com todos os Srs. Deputados que me elegeram Presidente (muito bem, palmas) E eu responsabilizo e tenho responsabilidade com todos os Srs. Deputados que tomam assento nesta Casa.

Esta Presidência colocará em verificação de votação, para tanto faz um apelo aos Srs. Deputados, que tomem assento nas suas bancadas, a fim de proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, na intenção de socorrer a Presidência, que sistematicamente tem se conduzido com ponderação e que nos causa estranheza a exaltação que Vossa Excelência está tomando, requiro a Vossa Excelência que suspenda a sessão ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não é de se estranhar, nobre Deputado, é que esta Presidência ouviu ser taxada de estar sendo desonesta; e ouvi claramente, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Estou argumentando com Vossa Excelência, pois Vossa Excelência não pode se despir da condição de Presidente, isento dos seus sentimentos pessoais, para agir como um Sr. Deputado.

Vossa Excelência, sei, tem grandeza, estou pedindo apenas tempo, para que Vossa Excelência possa se refazer, para ter a ponderação necessária, a dirigir a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, a fim de facilitar a votação do Projeto de Lei n.º 188/80.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 188/80, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.
18 Srs. Deputados o aprovam;

7 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação, e, sim, para prosseguimento da sessão.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 92/80), que dá nova estrutura à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, bem como autorizar ao Poder Executivo a abertura de crédito especial que permita atender às despesas decorrentes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 93/80), que institui verba de representação de quinze por cento, sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros. Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

Ao referido projeto, Emenda de autoria do Deputado

Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos (Lê):

"EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 190/80

Acrescente-se o seguinte Artigo.

Art. ... — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, por Decreto, o percentual relativo à verba de representação a que se refere o artigo 1.º desta lei, para até vinte e cinco por cento.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoio: Gabriel Sampaio, Palácios, Gabriel Manoel, David Cherigate, Aguinaldo Pereira Lima, Renato Bueno, Augusto Carneiro, Jurandir Messias, João Mansur, José Domingos, Lázaro Dumont, Ailton Cordeiro, Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Fabiano Braga Côrtes.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da crônica "O Nosso Dia" do renomado jornalista José Wanderley Dias, publicada no jornal "Gazeta do Povo".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Governo do Estado, para que, equiparando-se ao proposto pelo Governo da União, se conceda aumento de oitenta e dois por cento sobre os proventos e vantagens ao pessoal da ativa e da inatividade, a partir de 1.º de janeiro próximo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 68.º aniversário de fundação do "Centro de Letras do Paraná".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, pela eleição e posse da nova diretoria.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, pelo lançamento do seu jornal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Embaixada e Consulado do Canadá, agradecendo a doação de um barco para a Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Embaixada e Consulado do Canadá, sugerindo a inclusão do Estado do Paraná, no roteiro de visitas do 1.º Ministro Pierre Trudeau ao Brasil.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, por seu posicionamento favorável a uma política de maior distribuição de rendas.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sábado, às 20,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 53/78 e 06, 166, 167, 182, 183, 184, 185 e 186/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/80, e de Lei n.º 178 e 180/80.

EM VOTAÇÃO.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 744/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11476, de 04 de dezembro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

designar OSVALDO FONSECA BROCA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, no período compreendido entre 21 de outubro a 31 de dezembro de 1980.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de dezembro de 1980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

PORTARIA N.º 745/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11743, de 09 de dezembro de

1980, deste Poder,

RESOLVE:

designar LEÔNIDAS PANAIOTY JOANIDAS JÚNIOR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado João Elísio Ferraz de Campos, até 31 de dezembro de 1980.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de dezembro de 1980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

PORTARIA N.º 746/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11305, de 1.º de dezembro de 1980, deste Poder,

RESOLVE

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de ATTILIO PEREIRA LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de dezembro de 1980, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de dezembro de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral